

ATA nº09 de 14 de março de 2022

Aos quatorze dias do mês de março de dois mil e vinte e dois, às dezenove horas e doze minutos, na sede da Câmara de Vereadores de Balneário Pinhal, situada na Avenida Itália, número 2465 reuniram-se os Vereadores do Balneário Pinhal, para a realização de Reunião Ordinária da Sessão Legislativa. A Presidente da Câmara Municipal, Simone Ferreira dos Santos, abriu a Sessão Ordinária dando boa noite a todos e solicitou ao secretário que fizesse a chamada dos vereadores. Vereador Alberto Nunes Pinto, vereador Aldair Nunes Feijó, vereador Aldo Menegheti de Freitas Ferreira, vereador Hans Leal Tassoni, vereador Leandro Elias Rocha, vereador Luis Carlos Rosa Lopes, vereador Luiz Cezar Danelli Furini, vereador Reni da Silva, vereadora Simone Ferreira dos Santos. Em seguida, a Senhora Presidente solicitou que fossem lidas as correspondências, **Ofício 035/2022** Solicitando a cedência da câmara de vereadores no dia dezessete de março às 14 horas para realização de audiência pública e realização do 3º relatório detalhado do quadrimestre anterior ao RDKA de 2021, do Secretário Municipal de saúde, Alex da Silva Bandeira. Solicitação de Tribuna Livre pelo instituto Maria Mãe. **Ofício 061/2022** esclarecendo assuntos sobre a iluminação pública, pois o secretário Gilmar João da Silva está de férias. Passamos as proposições para publicidade. O vereador Luiz Cezar Furini pediu uma questão de ordem para solicitar a retirada da emenda supressiva que estava em pauta, e se for aceita pela presidência, colocar uma emenda modificativa ao PL 17/2022. A emenda foi aceita, e para passar pelas comissões a presidente da Casa Legislativa suspendeu a sessão em cinco minutos, para que seja analisada e obter os pareceres das comissões. Ao retomar a sessão a presidente pediu ao secretário que desse publicidade a **Emenda Modificativa 02/2022 da bancada do MDB e DEM**, e leitura dos pareceres das comissões, ao qual todos foram favoráveis por unanimidade. Voltamos então para as proposições para publicidade. Pedido de Providência 010/2022 – Solicita que seja reforçado a sinalização de veículos de emergência na Rua Eldil Batista de Jesus, antiga travessa 61, saída dos bombeiros voluntários pela travessa 61 com a Avenida Itália. Autor Vereador Mano. Pedido de Providência 011/2022 – Solicitar o pedido de reforma da parada de ônibus localizada ao lado da EMEI Golfinho do Mar, Pinhal Sede. Autores Vereadores Alberto Nunes Pinto, Aldo Menegheti, Cezar Furini e Luis Carlos Rosa Lopes. Pedido de Informação 007/2022 – Solicito ao Poder Executivo Municipal que nos encaminhe a tabela de manutenção e trocas de óleo dos veículos de transporte escolar bem como as suas quilometragens, bem como o empenho da troca de óleo dos ônibus escolares, nos anos de 2022, 2021, 2020, 2019, 2018. Autores vereadores Alberto Nunes Pinto, Aldo Menegheti, Cezar Furini e Luis Carlos Rosa Lopes. Indicação Nº 010/2022 – Indicam que seja viabilizada a pintura, bem como a sinalização de uma rotatória ou outra sinalização de trânsito a ser implementada no cruzamento da Avenida Itália com Avenida Pampa. Autores Vereadores Alberto Nunes Pinto, Aldo Menegheti, Cezar Furini e Luis Carlos Rosa Lopes.

Indicação Nº 011/2022 – Indicam que seja viabilizada a adesão do Município de Balneário Pinhal ao novo Sistema da Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa. Autores Vereadores Alberto Nunes Pinto, Aldo Menegheti, Cezar Furini e Luis Carlos Rosa Lopes. Passamos então a discussão da pauta, com as duas emendas em pauta, antes disso o secretário fez a leitura dos pareceres das emendas modificativas 01/2022 e 02/2022, sendo favorável por unanimidade na comissão de orçamento, finanças e tributação e na comissão de constituição, justiça e redação final. Na discussão da pauta, o vereador Luis Carlos falou dos números apresentados de boca e escrito, que não foi apresentado para comunidade, discorreu sobre o assunto, e afirmou que causou estranheza o projeto da reposição ter sido pelo ipca e o projeto de cobrança de taxas ser pelo igpm, onde o valor é mais alto, deixou claro que está dentro da legalidade do regimento interno e fez o seu pedido de vistas ao projeto, já que é de direito de todo vereador, por entender que precisa os líderes do governo dar mais transparência para comunidade, no assunto gasto e arrecadação. O vereador Aldair Mano, falou sobre a chamada da Prefeita para construir o projeto juntos, onde apenas um vereador da bancada de oposição se fez presente e completou que o município não está aumentando porque precisa aumentar, e sim pelo déficit de arrecadação, pela defasagem que vem enfrentando ano a ano, pois o serviço de iluminação pública vai começar a cair de qualidade. O vereador Luiz Cezar falou sobre questionar como veio o projeto, citou que estava na reunião de construção do projeto, mas como faltou outros colegas, não foi construído nada, o vereador questionou porque já veio o indexador igpm e não o ipca ao qual os vereadores de situação fizeram a emenda, também questionou o porque o comércio tem diferenciação da residência na taxa da luz, o vereador falou que foi louvável o convite do poder executivo para reunião de construção do projeto, mas questionou porque a Prefeita não chamou para construir juntos o aumento de 33% do iptu, bem como o aumento da taxa da corsan, citou que sabe que o projeto é polêmico, e que todos vereadores tem que entender sobre ele. O vereador Alberto discorreu sobre o assunto, falou que a lei está equivocada, e deu a opinião de retirar o projeto da casa, falou que o índice está elevado, superando o que propõe no projeto, falou em colocar o índice de ipca correto, e afirmou a certeza do pedido de vistas ser necessário para correção do projeto. O vereador Hans discorreu sobre o assunto, concordando com a colocação do vereador Mano, sobre o chamamento a reunião, para construir o projeto, citou que faz cinco anos que não acontece reajuste, e que infelizmente é uma necessidade para a qualidade da iluminação, citando que muitas cidades vizinhas não fizeram este reajuste antes, e hoje devem milhões para a ceee, o vereador citou que a taxa de diferenciação da residência para o comércio, não foi a gestão atual que criou, explicou que os vereadores de situação se apegaram ao ipca por entender o pedido da comunidade, e afirmou que é direito do vereador pedir vista, e vai falar mais sobre nas explicações pessoais. Sendo que havia para o momento, eu, Hans Leal Tassoni, dou esta Ata por encerrada, que segue por mim assinada, pelo Presidente da Casa Legislativa e pelos demais.